

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM HOTELARIA**

FELIPE MORAES JORGE

**O COMER E O PRESERVAR: PROPOSTAS DE APROXIMAÇÃO
ENTRE LAZER E GASTRONOMIA NO PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DO MARAPENDI, RIO DE JANEIRO**

**ORIENTADOR: PROF. DR. DAN GABRIEL D'ONOFRE ANDRADE
SILVA CORDEIRO**

**SEROPÉDICA – RJ
2022**

FELIPE MORAES JORGE

**O COMER E O PRESERVAR: PROPOSTAS DE APROXIMAÇÃO
ENTRE LAZER E GASTRONOMIA NO PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DO MARAPENDI, RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, especificamente ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), como parte das obrigações necessárias para obtenção do título de Bacharel em Hotelaria.

Orientador: Prof. Dr. Dan Gabriel D’Onofre Andrade Silva Cordeiro

**SEROPÉDICA – RJ
2022**

FELIPE MORAES JORGE

**O COMER E O PRESERVAR: PROPOSTAS DE APROXIMAÇÃO
ENTRE LAZER E GASTRONOMIA NO PARQUE NATURAL
MUNICIPAL DO MARAPENDI, RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro (UFRRJ – Campus Seropédica) como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Hotelaria.

Aprovado em: 08 /04 /2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Dan Gabriel D’Onofre Andrade Silva Cordeiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Orientador

Prof. M.Sc. Renato de Oliveira dos Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Examinador

Profa. M.Sc. Juliana Borges de Souza
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Examinadora

RESUMO

O Parque Natural Municipal do Marapendi (PNMM) é uma unidade de conservação localizada na Zona Oeste carioca cujo pioneirismo de sua existência se vincula à luta de diversos pesquisadores ainda no início do século XX. Parte de um complexo de unidades de conservação de diversas naturezas, o PNMM apresenta em si biodiversidade que permite o desvelar da história da formação social dos bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes. Tal comunicação possui abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, ilustrações e observação participante visando iniciar o processo de consolidação de atividades que envolvam o comer e o lazer. Com o ímpeto de equalizar os processos de uso do PNMM, apresenta-se uma proposta lastreada no conceito de produtos geogastrômicos via extensão universitária.

Palavras-chave: Parque do Marapendi. Lazer. Produtos Geogastronômicos.

ABSTRACT

The Parque Natural Municipal do Marapendi (PNMM) is a conservation unit located in the West Zone of Rio de Janeiro, whose pioneering existence is linked to the struggle of several researchers at the beginning of the 20th century. Part of a complex of conservation units of different natures, the PNMM has a biodiversity that allows the unveiling of the history of the social formation of the neighborhoods of Barra da Tijuca and Recreio dos Bandeirantes. Such communication has a qualitative approach, based on bibliographic research, illustrations and participant observation, aiming to start the process of consolidating activities that involve eating and leisure. With the impetus to equalize the processes of use of the PNMM, a proposal based on the concept of geogastronomic products via university extension is presented.

Keywords: Marapendi Park. Leisure. Geogastronomic Products.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. DA RAIZ À FOLHA: OS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MARAPENDI	03
2. O LAZER E O COMER ENQUANTO DIREITO: PROPOSTA EXTENSIONISTA	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS	16
ANEXO A – FICHA CATALOGRÁFICA DA PUBLICAÇÃO	18
ANEXO B – FOLHA DE ROSTO DA INTRODUÇÃO DO RESUMO EXPANDIDO E TRABALHO COMPLETO	19
ANEXO C – PÁGINA ELETRÔNICA COM ACESSO AO RESUMO E AO TRABALHO COMPLETO	20

INTRODUÇÃO

Fruto de uma proposta de projeto de extensão em curso, a presente comunicação é resultado de uma ideia que viesse a contemplar o comer enquanto uma atividade recreativa junto ao Parque Natural do Marapendi (PNMM). Nesse sentido, elaborou-se um documento que privilegiasse não somente o histórico desta unidade de conservação, como também refletisse os aspectos ligados a uma inovação junto ao debate que une gastronomia e lazer em parques: os produtos geogastronômicos. Assim, apresentou-se tal documento, que reflete um processo em curso que une o Grupo de Pesquisa de Estudos Sociais em Hospitalidade e Lazer do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro juntamente ao PNMM, junto ao Grupo de Trabalho de Turismo e Gastronomia do X Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Este evento que ocorreu de modo remoto, foi sediado pela Universidade Federal Fluminense, ocorrido ao fim do ano de 2021, instando junto aos Anais do referido congresso.

Localizado entre os bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes, o PNMM possui relevante importância social ao contexto desta região da Zona Oeste carioca. Abarcando áreas de manguezais e lacustre, o PNMM constitui-se de uma confluência de unidades de conservação que se sobrepõem em um território de intensa ação antrópica e de grande interesse do mercado imobiliário ora de luxo, ora voltado à classe média. Junto ao PNMM encontram-se a Área de Preservação Ambiental do Marapendi (APA Marapendi) e o Parque Natural Municipal da Barra da Tijuca Nelson Mandela (PNM Nelson Mandela), cada qual com sua especificidade, embora articuladas em si num único conjunto ecológico de relevada ameaça dada a conjuntura social de degradação ambiental em escala global.

As origens do PNMM remontam o início do século XX, embora sua fundação tenha ocorrido na década de 1970, quando a cidade do Rio de Janeiro passava a ser reintegrada ao Estado do Rio de Janeiro devido tanto à mudança da capital federal para Brasília, como a extinção do Estado da Guanabara. À época, a região da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes não apresentavam a intensa ocupação urbana que hoje detêm, embora o processo de ocupação ordenada, segundo interesses das classes mais abastadas, começasse a delinear o modelo de urbanização que se implementara.

Em meio à realidade pandêmica que ganha contornos complexos e que são atravessados por inúmeras políticas públicas, o PNMM teve sua dinâmica fortemente impactada pela demanda de iniciativas que pudessem restringir a catalisação do novo coronavírus. Hoje, em meio aos processos que estabelecem sua função social para com a biodiversidade que abriga, iniciativas de aproximação entre a direção do PNMM, do Centro de Referência em Educação Ambiental e o Grupo de Pesquisa de Estudos Sociais em Hospitalidade e Lazer (GPES HospLaz) do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria (DEDH) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) tem sido fomentada através de iniciativas extensionistas.

Visando analisar os processos que forjam a referida unidade de conservação, o presente artigo constitui-se se uma comunicação construída sob pesquisa bibliográfica e participação observante junto ao PNMM, desde agosto de 2021, para promover os processos de forja do elo entre este e a UFRRJ por intermédio de uma proposta que alinhe o comer e o lazer junto às atividades recreativas previstas em seu Plano de Manejo. Dado seu caráter exploratório, a abordagem qualitativa da pesquisa estrutura-se em processos descritivos em articulação com a iniciativa de apresentar o conceito e prática de promoção de produtos geograstronômicos que porventura possam ser desenvolvidos junto ao PNMM. No primeiro capítulo, a estrutura desta comunicação se consolida por um convite à história desta unidade de conservação, sendo seguida por uma reflexão sobre o direito ao lazer e sua relação com o comer enquanto experiência recreativa, finalizando com o estado as articulações via extensão universitária com a administração do PNMM.

1. DA RAIZ À FOLHA: OS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MARAPENDI

Baseado tanto em uma pesquisa bibliográfica, como em entrevistas não estruturadas junto à equipe responsável pelo Parque Natural Municipal do Marapendi (PNMM), apresenta-se um sucinto relato e análise que fundamenta a existência desta unidade de conservação. De acordo com Da Poian (2016), os elementos que fundamentam o surgimento do PNMM possuem raízes datadas no início do século XX. Ainda segundo este autor, a Lagoa de Marapendi fora formada há 3 mil anos, sendo um reduto de flora de restinga e manguezais de áreas baixas a qual, infelizmente, já não possui diversificada fauna quando comparada ao passado (idem).

O nome Marapendi é de origem tupi, sendo a junção de *mbará* (mar) e *pindi* (limpo). Por parte da academia, os primeiros registros de preocupação para com a preservação da região advieram do Museu Nacional (DA POIAN, 2016). Na Figura 1, é possível compreender como a Lagoa de Marapendi desempenha um importante papel para a biodiversidade da Região da Baixada de Jacarepaguá, posto ser um dos recursos lacustres que se integra via canais e rios com demais lagoas da região, bem como ao mar. Além disso, age como defesa continental da Baixada de Jacarepaguá, sendo separada pelo mar via Restinga homônima e, da Lagoa de Jacarepaguá, pela Restinga de Itapeba (VER Figura 1).

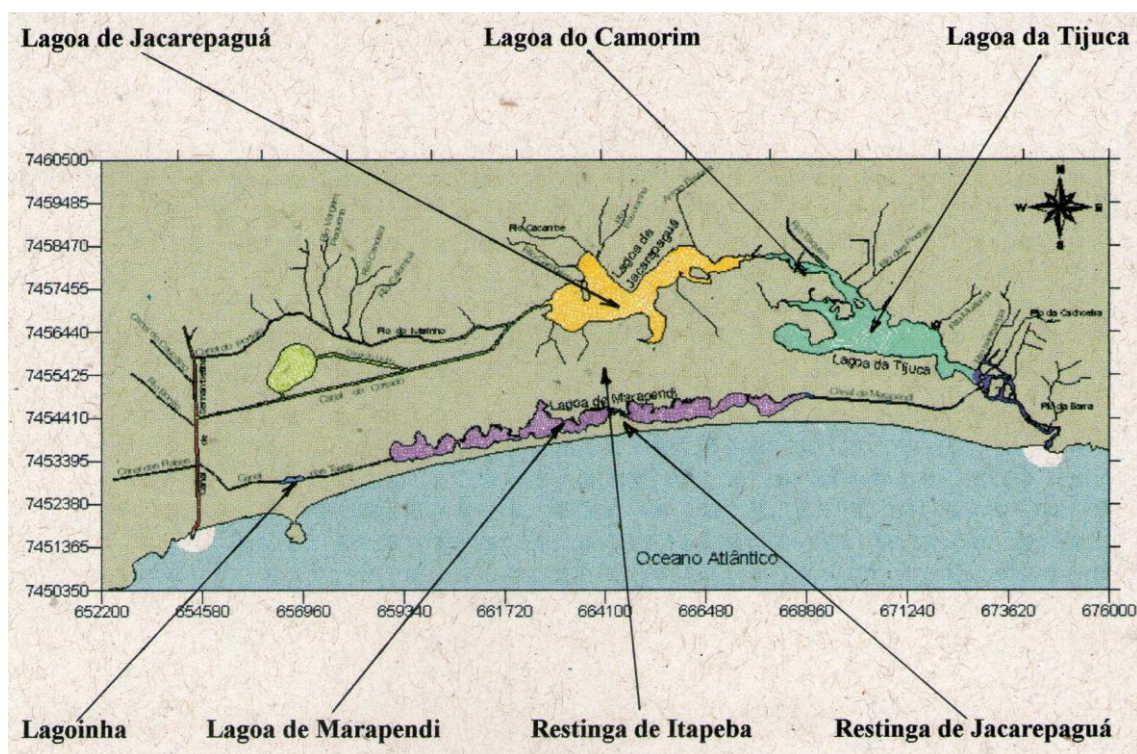


Figura 1. Complexo lagunar da Baixada de Jacarepaguá – Rio de Janeiro (RJ).

Fonte: (UFRJ, 2013 apud DA POIAN, 2016, p. 923).

A antropização deste território tem nas restingas o grosso do seu desenvolvimento. Os bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes tiveram seus eixos de ligação rodoviária estabelecidos nos leitos das Restingas de Jacarepaguá e de Itapeba com as Avenidas Lúcio Costa (antiga Avenida Sernambetiba) e das Américas, respectivamente.

A partir do movimento liderado pelos pesquisadores do Museu Nacional, no início do século XX, incidiu-se de modo indelével junto ao ordenamento deste recorte da cidade do Rio de Janeiro. Na então capital da República, o botânico Alberto José Sampaio e o historiador Magalhães Correia passaram a reivindicar junto a periódicos da época a criação de uma reserva biológica em Jacarepaguá (DA POIAN, 2016). Tal feito teve resultados,

[...] pois, em março de 1932, [quando] o prefeito Pedro Ernesto criou a “Reserva Biológica de Goethe”, na Restinga de Itapeba, em Jacarepaguá. [Logo] É decretada como a reserva mais antiga da cidade e a segunda mais velha do país, precedida apenas pela Reserva Florestal do Acre, criada em 1911. A criação da Reserva Goethe visava homenagear o centenário de morte do grande poeta alemão Goethe (1749–1832), pois na área encontrava-se uma espécie rara da flora, a *Pavonia alnifolia*, que recebeu o nome de Goethe em 1821. No entanto, a criação dessa reserva não foi acompanhada por medidas efetivas de proteção, caindo no esquecimento (DA POIAN, 2016, p. 922-923).

Nesse sentido, verifica-se não somente o pioneirismo desta região no que diz respeito ao estabelecimento de processos que visavam a proteção do meio ambiente, sendo a primeira reserva do Centro Sul do Brasil. Ainda assim, embora o processo de defesa de um elemento da flora da Mata Atlântica (*Pavonia alnifolia*) se somasse à homenagem a um poeta alemão falecido naquele ano, Goethe, não houvera ímpeto para que se implantassem ações que visassem a proteção da então nascida Reserva Goethea.

À época, a região onde hoje estão os complexos lagunares de Jacarepaguá passou a sofrer fortes intervenções pela disputa do uso do solo. Agricultores e pescadores que viviam na região já enfrentavam disputas com grileiros que tinham interesses em apossarem-se de terrenos (Ver Figura 2).



Figura 2. Notícia Jornal Última Hora sobre os Grileiros.

Fonte: (ÚLTIMA HORA, 1963 apud ARCADIS, 2016).

Ainda que sejam escassos os registros sistematizados sob formas de pesquisas acerca do processo de disputa aos usos do solo na região do Complexo de Lagoas de Jacarepaguá, com destaque ao bairro do Recreio dos Bandeirantes, acredita-se que seja possível abrir uma frente de estudos que desvelem como se dera a formação social e a expansão urbana que segue em curso junto ao bairro que abarca o PNMM. Dos registros compilados por Da Poian e pelo Plano de Manejo das Unidades de Conservação de

Marapendi, constata-se que a primeira iniciativa de intervenção urbana que a região experimentou se dera via o Zoneamento da Área de Jacarepaguá pela Prefeitura do Rio de Janeiro, quando ainda era parte do Distrito Federal, em 1950 (DA POIAN, 2016; ARCADIS, 2016). De acordo com o Plano de Manejo,

No final dos anos 50, foram iniciadas obras de drenagem, retificação de rios e abertura de canais. Em 1959, através do Decreto Federal nº 14.334, foi criada a Reserva Biológica de Jacarepaguá, que compreendia a Lagoinha, o Canal das Taxas, todas as margens da Lagoa de Marapendi, Jacarepaguá, Camorim e Tijuca, além de 2,1 km de praia. No mesmo ano, através do Decreto Federal nº 14.449, foi criada a Reserva Integral da Praia (e incorporada à Reserva Biológica de Jacarepaguá), uma faixa litorânea de 2,1 km, entre a então Avenida Sernambetiba (atual Avenida Lúcio Costa) e o mar, de forma a estabelecer um controle mais rigoroso dos acessos a esta área (INEPAC, 2015 *apud* ARCADIS, 2016, p. 85).

A reunião de áreas de interesse à preservação ambiental junto à Reserva Biológica de Jacarepaguá pode ser considerado como o prelúdio do desvelamento das Unidades de Conservação de Marapendi (UC Marapendi), as quais ganham materialidade sobretudo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ainda assim cabe destacar a figura de Lúcio Costa junto ao processo de urbanização da região.

Ao passo que o urbanista com vasta equipe consolidava o Plano Piloto de Brasília, o Governo do Estado da Guanabara o convidara para realizar, em 1969, o Plano Piloto para Urbanização da Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e de Jacarepaguá (ARCADIS, 2016). Na Figura 3 é possível ter dimensão dos processos de intervenção urbana pensados aos bairros da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e do Pontal de Sernambetiba, que por sua vez atualmente se chama Recreio dos Bandeirantes.

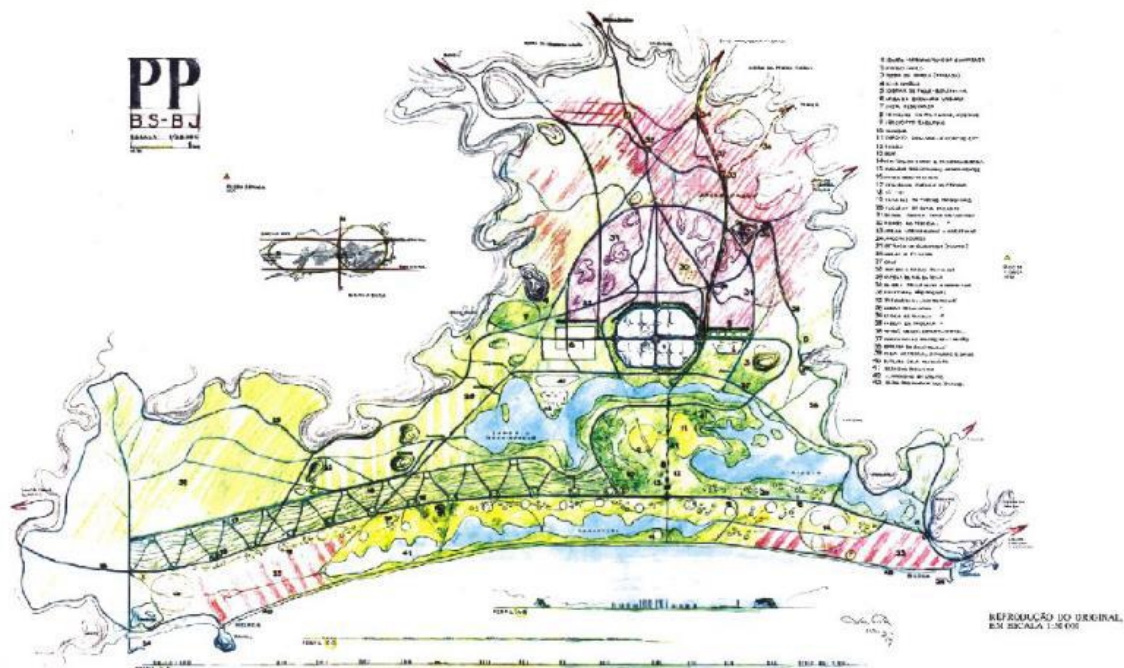


Figura 3. Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, 1969

Fonte: (Estado da Guanabara, 1969 apud ARCADIS, 2016, p. 87)

Segundo o Plano de Manejo,

A partir da aprovação do Plano Piloto para Urbanização da Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e de Jacarepaguá, através da publicação do Decreto-Lei nº 42, de 23 de junho de 1969, foi estabelecido um grupo de trabalho, inicialmente denominado de Grupo de Trabalho da Barra da Tijuca (GTBJ), e transformado, em 1974, em Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca (SUDEBAR), designado auxiliar no desenvolvimento e implantação do plano. Os proprietários de lotes da região deveriam procurar o órgão para solicitar esclarecimentos quanto ao aproveitamento de seus terrenos, uma vez que o plano fornecia apenas diretrizes, que deveriam ser detalhadas posteriormente conforme a demanda dos proprietários. O órgão também era responsável por analisar os projetos de edificações a serem implantados na região (ARCADIS, 2016, p. 86).

Um dos legados do projeto de Lúcio Costa para a região foi a sua adesão ao movimento iniciado pelos ambientalistas e pesquisadores do Museu Nacional, ainda na década de 1930, para a preservação das áreas lacustres da Baixada de Jacarepaguá. Não é à toa que na Figura 3, onde se materializa o Plano Piloto da região, constata-se que as lagoas de Marapendi, Tijuca, Camorim e Jacarepaguá são indicadas à condição de parques, ainda que se destaque que Lúcio Costa determinou que “o território compreendido entre a faixa litorânea e a Lagoa e Canal de Marapendi, com exceção das

poucas construções já existentes, deveria manter-se com ocupação e urbanização mínimas” (*idem*).

Pode-se compreender que os interesses do Governo da Guanabara e da Prefeitura do Rio de Janeiro caminhavam na direção de ordenar urbanamente o território da Baixada de Jacarepaguá visando uma ocupação enobrecida. Um dos elementos que impuseram esse fenômeno era a escassez de terrenos na Zona Sul carioca, sendo o que hoje é a Barra da Tijuca, em um primeiro momento, e o Recreio dos Bandeirantes, na atualidade, uma expansão do modelo civilizacional da elite e das categorias mais abastadas da classe trabalhadora somado ao que havia de mais avançado aos modelos urbanísticos.

Um dos marcos urbanísticos que sedimenta os esforços efetuados pelas administrações públicas se evidenciam na inauguração do Elevado das Bandeiras, mais conhecido como Elevado do Joá, no ano de 1974. Dessa maneira, tendo o mar como fator de desigualdade no processo de ocupação do solo (MOTTA JR., 2009), onde as faixas litorâneas consolidam-se como territórios voltados às moradias das elites e de segmentos mais abastados da classe média carioca, a construção de um eixo viário (Ver Figura 4) que margeia o Maciço da Tijuca e o mar manifesta os ímpetus pelo enobrecimento e para quem se voltava o Plano Piloto para Urbanização da Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e de Jacarepaguá.



Figura 4. Novo (à esquerda) e Antigo (à direita) Elevado do Joá , 2021

Fonte: (DE PAULA, 2021)

A década de 1970 propicia processos políticos que, instaurados em meio à ditadura empresarial-militar (1964-1985), impactaram de modo indelével a forma como a cultura e a vida social se desdobraram no Rio de Janeiro. Primeiro porque ainda na década de 1960 a cidade do Rio de Janeiro perde a condição de Distrito Federal, que por sua vez se transfere a Brasília. Segundo, por sua tradição autocentrada em si, o que era o Distrito Federal passa a ser o Estado da Guanabara. Por fim, esta unidade da Federação tem sua extinção no ano de 1975, fundindo-se ao Estado do Rio de Janeiro e ocupando a posição de capital fluminense que até então pertencera a Niterói. Assim, independente dos processos transitórios dos eixos de poder, a elite política que dominava a cena da cidade do Rio de Janeiro, desde a capital federal, guanabarina e, hoje, fluminense, seguiram seu curso mediante a extensão de seus interesses à região da Baixada de Jacarepaguá.

De acordo com o Plano de Manejo, o marco da criação do que hoje é o Parque Natural Municipal de Marapendi (PNMM) é o ano de 1978. De acordo com o documento, a Lei Municipal Nº 61 transforma o que era Reserva Biológica de Jacarepaguá em Parque Zoobotânico (ARCADIS, 2016). Desde tal ano, uma série de sucessões quanto à gerência do Parque deixam como legado estruturas físicas como o Centro de Referência de Educação Ambiental, Laboratórios e área de recreação infantil. Ao passo que também na década de 1980, a região passa a experimentar a descaracterização do Plano de Lúcio Costa, bem como uma série de flexibilizações na ocupação do solo (ARCADIS, 2016, p. 88). Ainda segundo o documento,

[...] observou-se um direcionamento do crescimento da região de acordo com os interesses de grandes proprietários e do mercado imobiliário formal. Dentre essas ações destacam-se duas que foram fundamentais para o estabelecimento da dinâmica de ocupação da Barra da Tijuca: o aumento da taxa de ocupação e de gabarito na região entre a Lagoa de Marapendi e Avenida das Américas, e a autorização de construção de hotéis próximos à orla da praia. Essas decisões permitiram ao setor imobiliário explorar ainda mais a região através da possibilidade de maior verticalização das edificações aliada ao potencial paisagístico do local (idem).

O destacado crescimento populacional e o interesse do mercado imobiliário marcam a região. Com o aproximar da década de 1990, os debates sobre a necessidade de estruturação das unidades de conservação legam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Instituído pela Lei Nº 9.985/2020, Fernandez (2016) revela que tal iniciativa tinha como fundo estabelecer principalmente o sentido de que tais áreas naturais seriam prioritariamente destinadas ao lazer tipicamente urbano.

Em meio a essa importante crítica que destaca o papel que os sistemas de operam as Unidades de Conservação no Brasil, a conjuntura pandêmica somada aos alertas cada vez mais incisivos sobre as mudanças climáticas provocadas pelas ações exploratórias da biodiversidade impõem desafios sobre o direito aos usos destes patrimônios. Ao pensar sobretudo o direito ao lazer, bem como a importância que o PNMM tem diante ao contexto ambiental e social da história das unidades de conservação no Brasil, é que se desenha um aproximar da academia mediante ações de extensão para a promoção de ideias que qualifiquem a experiência recreativa junto ao Plano de Manejo do PNMM.

2. O LAZER E O COMER ENQUANTO DIREITO: PROPOSTA EXTENSIONISTA

Chama atenção o fato de que os usos recreativos das unidades de conservação podem engendrar movimentos de conformidade aos elementos deletérios que os processos de patrimonialização da natureza carregam em si. Não descartando esse processo, soma-se ao crivo crítico acerca de quem acessa as unidades de conservação em seu tempo livre, bem como o fazem. A própria análise sobre os processos que geram o lazer (DUMAZEDIER, 2008), no Brasil, são mediados por uma moral cristã que determinam quais as necessidades humanas detêm maior ou menor importância social (MARCELLINO, 2007).

Ao compreender as atividades de livre escolha como centrais para categorizar o lazer na vida de indivíduos, Dumazedier o classifica como

[...] conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 2008).

Embora seja um elemento central para a própria compreensão das relações sociais tecidas entre as classes sociais, a luta pelo tempo livre e o exercício do lazer não condiz como algo que permeia os principais debates no contexto pandêmico. Em meio ao processo de alçada do desemprego, de ampliação dos subempregos, bem como o grande número de desalentados, a reflexão sobre “trabalhar menos, trabalhar todas e todos” tem sumido dos debates sobre melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora. Ou seja, a centralidade do trabalho segue sendo pauta das demandas sociais em extrema urgência, somadas àquelas ligadas à alimentação, à moradia e à saúde (ATHAYDE, 2013).

Com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) por intermédio da Lei 9.985/2000, concepções sobre seus usos passam a ser mediados segundo os planos de manejo das UC, bem como de acordo com o modo como o Estado manifesta sua gestão para tais. Assim, concorda-se com Fernandez (2016) tanto no que diz respeito à primazia dada ao usufruto recreativo das UC, como também as diferenciações destas mediante sua natureza, sua história e os fatores que orientam maior ou menor inclusão às populações que vivem dentro ou nos arredores destas.

Nos sentidos acionados pelo processo de fruição junto às UC, explicita-se as atividades recreativas que envolvem a visão, o tato, o olfato, a audição de elementos que compõem a paisagem circunscrita, refletindo a biodiversidade em conservação ou preservação. Porém, são restritas as iniciativas lúdicas que envolvem o paladar e o comer daquilo que há nos parques.

O comer junto às UC gera uma série de tensões, pois, ao passo que demanda uma carga de itens que são levados por visitantes, impõe uma dinâmica de uso e descarte de itens, fora os impactos que isso gera junto à biodiversidade circunscrita tanto dentro, como longe de parques. Ainda assim, é relevante dizer que a proibição e aversão à caça, sobretudo de algumas espécies de animais mamíferos, gera tensões significantes aos planos de manejo das UC, tendo menor restrição às atividades de pesca e coleta de itens vegetais.

Posto ser fundamental compreender o que tanto o Plano de Manejo (ARCADYS, 2016), como as práticas de gestão do PNMM versam sobre o comer, abre-se um processo de aproximação ao debate advindo da geografia gastronômica (RAMOS, 2021) e sua relação com a concepção de GEOfood®. Campo em vias de consolidação junto à ciência geográfica, a geografia gastronômica tem dado passos rumo ao processo de compreensão da centralidade de análise de produtos geogastronômicos via instrumentais e metodologias desta disciplina (RAMOS, 2021). Cabe salientar que um dos marcos analíticos que suscita o campo é o conceito de GEOfood®.

Ramos e Moreira (2021) revelam que GEOfood® enquanto projeto teve seu início no ano de 2014, sendo pioneiro o Magma Geoparque, localizado na Noruega. Para que se considere como GEOfood®, os autores indicam que para além de o geoparque se vincular à Rede Global de Parques (GGN, sigla em inglês), o produto gastronômico deve possuir um vínculo com a UC, possibilitando via comensalidade e alimento elos com o patrimônio geológico em questão. Ainda segundo os autores,

O projeto GEOfood® possui marca registrada (®) por meio do Escritório de Propriedade Intelectual da União Europeia (*European Union Intellectual Property Office* - EUIPO), sob o número 018163331, de 22 de maio de 2020. Desta maneira, localidades que desenvolvem produtos gastronômicos relacionados aos aspectos geológicos ao redor do mundo, não podem caracterizar seu alimento com a grafia GEOfood® (RAMOS; MOREIRA, 2021, p. 61).

De modo que o Plano de Manejo do PNMM prevê quais atividades são permitidas para o desenvolvimento da recreação e do turismo ecológico, cabe segundo o debate ainda

inicial sobre os produtos geogastronômicos, compreender como as atividades de Educação Ambiental desta UC permitem dimensionar o paladar e o comer enquanto lazer mediado pela sua biodiversidade.

Embora o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Marapendi envolva mais duas unidades de conservação, a saber, Área de Proteção Ambiental de Marapendi (APA Marapendi) e o Parque Natural Municipal da Barra da Tijuca Nelson Mandela, dedica-se atenção sobretudo àquela mediante a exequibilidade da pesquisa iniciada em meados de 2021. A pandemia da COVID 19 impôs questões restritivas que orientam novas iniciativas para não somente frear a circulação do novo coronavírus, como também repensar as atividades que são desempenhadas junto ao PNMM.

Segundo seu Plano de Manejo (ARCADYS, 2016), o que hoje é o PNMM resulta de processos de patrimonialização que se originam na década de 1970. Sob a normatização do SNUC, o PNMM passa a ter a categorização de parque natural a partir do ano de 2003 via Decreto Municipal nº 22.662/2003. O mesmo plano indica que esta UC não possui sede própria, tendo apenas uma sala junto ao Centro de Educação Ambiental de Marapendi (CEA Marapendi).

Segundo Monteiro et al. (2016), o CEA Marapendi se responsabiliza pela execução de atividades recreativas pautadas no conceito de Educação Ambiental que envolvem visitas guiadas junto à unidade e às 3 trilhas que o mesmo detém. Contando com estacionamento, bicicletário, sanitários, brinquedos infantis, tanto o CEA Marapendi, quanto sua administração manifestam interesse em promover uma agenda de atividades que atraia mais público junto à unidade. Tendo como princípios a preservação desta unidade que se estende por mais de 154 hectares, iniciativas que envolvem o Grupo de Pesquisa de Estudos Sociais em Hospitalidade e Lazer do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro estão em curso, visando uma aproximação para repensar a pauta de atividades recreativas que promovam o patrimônio para moradores e visitantes que se submetam aos protocolos que vigoram em contexto pandêmico.

Nesse sentido, apresentam-se iniciativas que permitam mediante o Plano de Manejo do PNMM compilar itens da biodiversidade que podem vir a constituir produtos geogastronômicos, sendo fundamental considerar os preceitos de como se operará a comensalidade, além de toda a estrutura que a experiência envolvendo o paladar permitirá caso seja possível. Por conta disso, aproximar os debates sobre a memória desta UC, bem como a atenção a um sentido relegado a segunda ordem nas experiências sensitivas do

lazer junto ao PNMM poderá lança-lo como também pioneiro junto à cidade do Rio de Janeiro na oferta de sabores, saberes e um produto geogastronômico próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da criação do Parque Natural Municipal do Marapendi indica o pioneirismo dos processos que o forja. Desde o movimento de cientistas do Museu Nacional, aos processos de ordenamento urbano advindos de Lúcio Costa, aos conflitos que a expansão urbana impõe à sua natureza, a biodiversidade do PNMM detém uma memória ligada à história ambiental brasileira ainda não desvelada de modo profundo. Sua importância contém, inclusive, elementos para se pensar a formação social dos bairros do Recreio dos Bandeirantes e da Barra da Tijuca.

Ao passo que a aproximação da equipe do PNMM e da UFRRJ segue em curso, os processos de construção de iniciativas extensivas estão sendo estruturados tanto sob as precauções que a pandemia da COVID 19 demanda, como também sobre os pilares que orientam a Política Nacional de Extensão Universitária. Em respeito às suas cinco diretrizes (a saber, Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social), iniciam-se os processos de diálogo sobre o paladar enquanto experiência recreativa junto ao PNMM que poderá levar esta UC carioca ao pioneirismo na promoção de produtos geogastronômicos para moradores e visitantes. Por fim, *mbará* (mar) e *pindi* (limpo), ou Marapendi, podem nos levar à reflexão sobre como a biodiversidade, o lazer, o comer podem nos legar a defesa da vida em um contexto de alerta climático e ambiental.

REFERÊNCIAS

ARCADIS. *Apoio técnico ao processo de elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Marapendi, do Parque Natural Municipal de Marapendi e do Parque Natural Municipal da Barra da Tijuca Nelson Mandela*. Rio de Janeiro/RJ: ARCADIS, Prefeitura do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5529306/4153242/Modulo3_Final_RevisaoFinal_190116.pdf Acesso em 5 out. 2021.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, SESC, 2008.

MARCELLINO, N.C. ET AL. *Políticas públicas de lazer - formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba-SP*. Curitiba, PR: OPUS, 2007.

DA POIAN, P. P. A implantação do Parque Natural Municipal de Marapendi, no Rio de Janeiro/RJ. In: *Eng Sanit Ambient*. V. 22, n.5, Rio de Janeiro/RJ, set. – out., 2017, p. 921-930.

DE PAULA, M. *Vistoria da obra de manutenção e recuperação estrutural do elevador do Joá*. Rio de Janeiro/RJ: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.rio/infraestrutura/prefeitura-do-rio-realiza-manutencao-do-elevado-do-joa/> Acesso em 5 out. 2021.

FERNANDEZ, A. C. F. O sertão virou parque: natureza, cultura e processos de patrimonialização. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro/RJ, v. 29, p. 127-146, 2016.

FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Florianópolis/SC: Pró-Reitora Adjunta de Extensão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

JORGE, F. M.; D'ONOFRE, D. G. O comer e o preservar: propostas de aproximação entre lazer e gastronomia no Parque Natural Municipal do Marapendi, Rio de Janeiro. In: *Anais do 10º CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Anais...* Niterói(RJ): Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, 2021. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/140faea9cd114f84ad8a.pdf> Acesso em 11 abr. 2020.

MONTEIRO, G. M. ET AL. A importância da educação ambiental em unidades de conservação – caso Parque Natural Municipal de Marapendi. In: 5º SIMPÓSIO DE GESTÃO AMBIENTAL E BIODIVERSIDADE, 2016, Três Rios/RJ. *Anais...* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Três Rios/RJ: 2016, p. 402-405. Disponível em: https://itr.ufrrj.br/sigabi/wp-content/uploads/5_sigabi/Sumarizado/59.pdf Acesso em 5 out. 2021.

MOTTA JÚNIOR, P. R. M. Da subjetividade ao objetivo da valorização: o mar como fator de desigualdade no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, M. Â.; MARAFON, G. J. *A metrópole e o interior fluminenses: simetria e assimetrias geográficas*. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

RAMOS, R.G.; MOREIRA, J.C. Características e exemplos da oferta gastronômica relacionada ao patrimônio geológico no âmbito da Rede Global de Geoparques (GGN). *Revista Mangut: Conexões Gastronômicas*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2021. pp.56 – 73.

RAMOS, R.G. A geografia gastronômica dos Campos Gerais do Paraná na perspectiva da regionalização do turismo. 2021. *Tese* (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2021.

ANEXO A – FICHA CATALOGRÁFICA DA PUBLICAÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532	Anais do 10º CONINTER - CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. Anais...Niterói(RJ) Programa de Pós-Graduação em, 2021
	Disponível em < www.even3.com.br/anais/xc22021 >
	ISSN: 2316-266X
	DOI: doi.org/10.29327/154029
	1. Ciências sociais
Programa de Pós-Graduação em	CDD - 370

Ficha catalográfica elaborada por **Even3** – Sistema de Gestão de Eventos

ANEXO B – FOLHA DE ROSTO DA INTRODUÇÃO DO RESUMO EXPANDIDO E TRABALHO COMPLETO

RESUMO EXPANDIDO E TRABALHO COMPLETO - GT 37 - TURISMO E
GASTRONOMIA

O COMER E O PRESERVAR: PROPOSTAS EXTENSIONISTAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE LAZER E GASTRONOMIA AO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MARAPENDI, RIO DE JANEIRO

Felipe Moraes Jorge (felipe_morrays@hotmail.com)

Dan Gabriel D'onofre Andrade Silva Cordeiro (donofretur@gmail.com)

Introdução

O Parque Natural Municipal do Marapendi constitui um complexo de unidades de conservação contínuas que se localizam entre os bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste carioca. A importância desta unidade para com a preservação de ecossistemas lacustre e de mangue se orienta mediante à caracterização da biodiversidade local contrastando com o forte processo de antropização de um dos territórios mais valorizados pelo mercado imobiliário da capital fluminense.

Com o ímpeto de apresentar o processo de aproximação extensionista em curso, sustentado na Política Nacional de Extensão Universitária, a presente comunicação preconiza desenvolver uma proposta de atividade recreativa que alinhe educação ambiental e gastronomia. Nesse sentido, apresenta-se por intermédio de uma pesquisa bibliográfica e observação participante junto ao PNMM uma interação dialógica tendo como base a biodiversidade desta unidade de conservação que poderá vir a ser convertida em produto

ANEXO C – PÁGINA ELETRÔNICA COM ACESSO AO RESUMO E AO TRABALHO COMPLETO

even3.com.br/analisisxc22021/437271-o-comer-e-o-preservar-propostas-extensionistas-de-aproximacao-entre-lazer-e-gastronomia-ao-parque-natural-municipal/

Bookmarks | Informações | Estudos | Brasil de Fato | Lazer | Casa | cpfl cultura | Hotelaria | TVT - Ao vivo

Todos os Trabalhos | Trabalho Completo | Resumo

Título do Trabalho
O COMER E O PRESERVAR: PROPOSTAS EXTENSIONISTAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE LAZER E GASTRONOMIA AO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MARAPENDI, RIO DE JANEIRO

Autores

- Felipe Moraes Jorge
- Dan Gabriel D'Onofre Andrade Silva Cordeiro

Modalidade
Resumo Expandido e Trabalho Completo

Área Temática
GT 37 - Turismo e Gastronomia

Data de Publicação
23/12/2021

País da Publicação
Brasil

Idioma da Publicação
Português

Página do Trabalho
www.even3.com.br/Analisisxc22021/437271-O-COMER-E-O-PRESERVAR-PROPOSTAS-EXTENSIONISTAS-DE-APROXIMACAO-ENTRE-LAZER-E-GASTRONOMIA-AO-PARQUE-NATURAL-MUNICI

ISSN
2316-266X

Palavras-Chave
Lazer; Geografia Gastronômica; Parque Natural Municipal do Marapendi; Extensão

Resumo
Introdução

Título do Evento
10º CONINTER - CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES

Título dos Anais do Evento
Anais do 10º CONINTER - CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES

Nome da Editora
Even3

Meio de Divulgação
Meio Digital

DOI
[Obter DOI](#)

Como citar
JORGE, Felipe Moraes; CORDEIRO, Dan Gabriel D'Onofre Andrade Silva. O COMER E O PRESERVAR: PROPOSTAS EXTENSIONISTAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE LAZER E GASTRONOMIA AO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MARAPENDI, RIO DE JANEIRO. In: Anais do 10º CONINTER - CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. Anais...Niterói(RJ) Programa de Pós-Graduação em, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/analisisxc22021/437271-O-COMER-E-O-PRESERVAR-PROPOSTAS-EXTENSIONISTAS-DE-APROXIMACAO-ENTRE-LAZER-E-GASTRONOMIA-AO-PARQUE-NATURAL-MUNICI>. Acesso em: 11/04/2022 19:33